

SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO**PORTARIA Nº 6, DE 23 DE JULHO DE 2014**

Institui o Projeto Observatório do Acesso à Justiça no âmbito do Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça da Secretaria de Reforma do Judiciário.

O SECRETÁRIO DE REFORMA DO JUDICIÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, inciso II, do Anexo I do Decreto no 6.061, de 15 de março de 2007, e os arts. 1o, inciso II, e 10, inciso IX, do Anexo da Portaria no 276, de 10 de março de 2006, do Ministério da Justiça, e tendo em vista o disposto nos arts. 1o, 2o e 3o da Portaria no 1.036, de 22 de março de 2013, do Ministério da Justiça, resolve:

Art. 1o Fica instituído, no âmbito do Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça - CEJUS da Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ, o Projeto Observatório do Acesso à Justiça, com o objetivo de elaborar, desenvolver, coordenar e executar ações para a democratização e o fortalecimento do acesso à justiça no Brasil, a partir do monitoramento e da análise técnico-científica.

Art. 2o O Projeto Observatório do Acesso à Justiça contemplará, entre outras medidas administrativas, as seguintes ações:

I - realização de estudos e pesquisas sobre o sistema de justiça e o acesso à justiça no Brasil;

II - desenvolvimento de mecanismos de diálogos sociais, que garantam a participação da população na formulação de estratégias e de ações de acesso à justiça;

III - mapeamento de boas práticas no sistema de justiça brasileiro, disponibilizando dados e informações à população;

IV - negociação de acordos e de termos de cooperação da SRJ com órgãos e entidades de ensino e de pesquisa, instituições do sistema de justiça e segurança pública, movimentos sociais e sociedade civil, com vistas ao financiamento do projeto, bem como a produção de dados, de informações e de conhecimentos sobre o sistema e o acesso à justiça no Brasil;

V - constituição de redes que estimulem o intercâmbio e a produção de conhecimento acadêmico e a interlocução com a sociedade civil, com vistas ao aprimoramento do sistema de justiça no Brasil; e

VI - indicação de membros ao Secretário de Reforma do Judiciário para composição de um conselho científico.

Art. 3o O Projeto Observatório do Acesso à Justiça será coordenado pelo CEJUS que prestará o apoio técnico e administrativo necessário à sua implementação.

Art. 4o Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KELLY OLIVEIRA DE ARAÚJO

Ministério da Previdência Social**SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA****PORTARIAS DE 23 DE JULHO DE 2014**

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso II do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000539/2013-38, comando nº 368994533 e juntada nº 382286016, resolve:

Nº 378 - Art. 1º Aprovar a incorporação da Fundação Atilio Francisco Xavier pela Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada - BFPP.

Art. 2º Aprovar o Protocolo de Intenção de Incorporação da Fundação Atilio Francisco Xavier pela Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada - BFPP.

Art. 3º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenção de Incorporação da Fundação Atilio Francisco Xavier pela Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada - BFPP.

Art. 4º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenção de Incorporação da Fundação Atilio Francisco Xavier pela Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada - BFPP.

Art. 5º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão ao Plano de Benefícios FAF, CNPB nº 1979.0006-38, firmado entre a Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada - BFPP e a BRF S.A.

Art. 6º Aprovar as alterações propostas ao Estatuto Social da BFPP - Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.000731/2003-81, sob o comando nº 381645585 e juntada nº 383537259, resolve:

Nº 379 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios CEMAT OP, CNPB nº 1998.0067-19, administrado pela Redeprev - Fundação Rede de Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 e o inciso II do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14 de 1º de outubro de 2004, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000198/2014-81, comando nº 379092714 e juntada nº 382015661, resolve:

Nº 380 - Art. 1º Aprovar a cisão facultativa do Plano Previdencial Prodemge 5-II - RP5-II, CNPB nº 1994.0015-18, relativa aos participantes e assistidos optantes pelo Plano Prodemge Saldado, a ser implantado, e/ou pelo Plano Prodemgeprev, CNPB nº 2012.0019-47, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Art. 2º Aprovar o "Termo de Cisão do Plano de Benefícios 5-II - RP5-II, celebrado entre a Fundação Libertas de Seguridade Social, na condição de entidade administradora, e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE, na condição de patrocinadora".

Art. 3º Aprovar as alterações propostas ao Regulamento do Plano Previdencial Prodemge 5-II - RP5-II, CNPB nº 1994.0015-18, administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Art. 4º Aprovar as alterações propostas ao Regulamento do Plano de Benefícios Prodemgeprev, CNPB nº 2012.0019-47, administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Art. 5º Aprovar a aplicação do Regulamento do Plano Prodemge Saldado, a ser administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Art. 6º Inscrever sob o nº 2014.0013-83, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, o Plano Prodemge Saldado.

Art. 7º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Fundação Libertas de Seguridade Social e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE, na condição de patrocinadora do Plano Prodemge Saldado.

Art. 8º Fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o início de funcionamento do Plano Prodemge Saldado, CNPB nº 2014.0013-83.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44011.000081/2013-17, comando nº 362508031 e juntas nº 365243093, 366806119, 374668585, 379535116 e 382213280, resolve:

Nº 381 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Programada - PAP, CNPB nº 1999.0004-47, administrado pela Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP.

Art. 2º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Fundamental, CNPB nº 1999.0005-11, administrado pela Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP.

Art. 3º Autorizar a aplicação do regulamento do Plano de Aposentadoria Programada II - PAP II, a ser administrado pela Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP.

Art. 4º Inscrever no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Aposentadoria Programada II - PAP II, sob o nº 2014.0012-19.

Art. 5º Aprovar o Convênio de Adesão da Nestlé Brasil Ltda., Nestlé Waters Brasil, Bebidas e Alimentos Ltda., CPW Brasil Ltda., Dairy Partners Américas Brasil Ltda., Dairy Partners Américas Manufacturing Brasil Ltda., Nestlé Nordeste Alimentos e Bebidas Ltda., Dairy Partners Américas Nordeste, Produtos Alimentícios Ltda., ASB Bebidas e Alimentos Ltda., Nestlé Sudeste, Alimentos e Bebidas Ltda. e Nestlé Sul, Alimentos e Bebidas Ltda., na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Programada II - PAP II, CNPB nº 2014.0012-19.

Art. 6º Aprovar o Termo de Adesão da Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Programada II - PAP II, CNPB nº 2014.0012-19.

Art. 7º Fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para início de funcionamento do Plano de Aposentadoria Programada II - PAP II.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30183/79, sob o comando nº 379649730 e juntada nº 383402824, resolve:

Nº 382 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o Banco Bradesco S.A., na condição de patrocinador do Plano de Benefícios Definido - Plano BD - CNPB nº 1979.0019-11, e a Caixa de Previdência Privada BEC - CABEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 1.535, DE 23 DE JULHO DE 2014**

Altera os incisos I e II do art. 27 e acresce inciso XII ao art. 15 da Portaria nº 389/GM/MS, de 13 de março de 2014, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) e institui incentivo financeiro destinado ao cuidado ambulatorial pré-dialítico.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 389/GM/MS, de 13 de março de 2014, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Crônica (DRC) e institui incentivo financeiro de custeio destinado ao cuidado ambulatorial pré-dialítico; e

Considerando a Portaria nº 483/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado, resolve:

Art. 1º Os incisos I e II do art. 27 da Portaria nº 389/GM/MS, de 13 de março de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27.

I - 1 (um) médico nefrologista para cada 35 (trinta e cinco) pacientes, em cada turno;

II - 1 (um) enfermeiro para cada 35 (trinta e cinco) pacientes, em cada turno;" (NR)

Art. 2º A Portaria nº 389/GM/MS, de 2014, passa a vigorar acrescida de inciso XII ao art. 15, nos seguintes termos:

"Art. 15.

XII - cópia da publicação, em diário oficial, do extrato de contrato com o estabelecimento de saúde, quando este não for da rede própria vinculada à respectiva Secretaria de Saúde."(NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NO DISTRITO FEDERAL****DECISÃO DE 11 DE JUNHO DE 2014**

A Chefe Substituta do Núcleo da ANS Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 131, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

LARA SOARES DINIZ